ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NOS ANOS INICIAIS: REFLEXÕES A PARTIR DA PRÁTICA DOCENTE

Vânia de Oliveira Alves[1]

INTRODUÇÃO

No Brasil, a ampliação progressiva da jornada escolar encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prevê a oferta do Ensino Fundamental em tempo integral, conforme os critérios dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996).

Cavaliere (2007) destaca que a educação em tempo integral não deve se limitar à permanência prolongada dos estudantes na escola. Sua efetivação depende de uma organização que atribua intencionalidade pedagógica aos diferentes momentos da rotina e contribua para a formação dos alunos.

Nesse contexto, as políticas de gestão e as diretrizes curriculares influenciam diretamente os horários, a utilização dos espaços, os projetos pedagógicos e as experiências das crianças. Nas escolas de jornada ampliada, torna-se necessário articular os componentes curriculares aos momentos de alimentação, descanso e convivência. Moll (2015) ressalta que essa proposta exige condições políticas, pedagógicas e materiais para ampliar as oportunidades educativas.

É nesse cenário que se insere esta pesquisa, que analisa as mudanças nas Diretrizes Curriculares e na gestão educacional de uma rede municipal do interior paulista, considerando seus impactos no ensino de Língua Inglesa. O estudo parte de

[1] Mestra em Projetos Educacionais de Ciências pela Universidade de São Paulo - EEL/USP, vaniaoalves@gmail.com

experiências profissionais da autora em duas unidades escolares da mesma rede, uma anterior e outra posterior à implementação das novas orientações institucionais.

O objetivo geral é compreender como essas mudanças influenciaram a organização do ensino de Língua Inglesa e as práticas pedagógicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Especificamente, busca-se analisar as alterações na relação entre ensino e alimentação, nas possibilidades de realização de projetos integrados, na organização da jornada escolar e no acesso aos espaços utilizados nas atividades pedagógicas.

Diante disso, defende-se que a efetivação da educação em tempo integral exige mais do que a ampliação da jornada. É necessário construir políticas que considerem a realidade das escolas e garantam condições para articular tempos, espaços e conhecimentos em experiências educativas coerentes e significativas.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, fundamentada na análise documental e na reflexão sobre experiências profissionais vivenciadas pela autora em uma rede municipal de ensino paulista. Conforme Minayo (2001), essa abordagem permite investigar significados, relações, práticas e interpretações construídas pelos sujeitos em seus contextos sociais.

O percurso metodológico foi organizado em duas etapas. A primeira consistiu na análise das Diretrizes Curriculares e das orientações institucionais referentes às escolas de tempo integral, considerando os períodos anterior e posterior às mudanças implementadas. Foram observadas as alterações na organização curricular, nos tempos e espaços escolares e nas possibilidades de integração dos projetos pedagógicos. Segundo Cellard (2008), a análise documental permite compreender as orientações institucionais a partir de seus contextos de produção e utilização.

A segunda etapa compreendeu a sistematização de registros reflexivos da autora, professora de Língua Inglesa em duas unidades escolares da mesma rede municipal, sendo uma experiência anterior e outra posterior às mudanças institucionais. A comparação possibilitou identificar transformações no cotidiano escolar e nas condições

de desenvolvimento das práticas pedagógicas com turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para a análise dos dados, foram estabelecidas quatro categorias:

- Organização dos tempos escolares e articulação entre ensino e alimentação: análise das relações entre os momentos destinados às atividades pedagógicas e os momentos de alimentação, considerando suas possibilidades de integração na rotina escolar.
- Projetos pedagógicos integrados e organização curricular: investigação das mudanças nas possibilidades de desenvolvimento de propostas interdisciplinares e projetos que articulassem diferentes componentes e experiências educativas.
- Ampliação da jornada e organização das experiências infantis: análise das implicações da permanência prolongada das crianças na escola, considerando a distribuição das atividades, os períodos de convivência e a continuidade das experiências educativas.
- Utilização dos espaços escolares e autonomia do trabalho docente: compreensão das alterações nas possibilidades de circulação e utilização dos ambientes escolares, bem como de seus efeitos sobre o planejamento e a execução das práticas pedagógicas.

A interpretação dos dados foi realizada em diálogo com os referenciais teóricos da educação integral, das políticas curriculares e do ensino de Língua Inglesa nos anos iniciais, buscando compreender as relações entre as determinações institucionais e sua materialização no cotidiano escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação integral e ampliação da jornada escolar: aproximações e diferenças

A discussão sobre educação integral no Brasil está relacionada à construção de uma escola pública comprometida com a formação humana em suas múltiplas dimensões. Nesse contexto, é importante diferenciar educação integral e educação em tempo integral: enquanto a segunda se refere à ampliação da jornada escolar, a primeira

pressupõe uma formação que contemple diferentes dimensões do desenvolvimento dos sujeitos.

Essa distinção evidencia que a ampliação do tempo de permanência na escola não garante, por si só, uma proposta de formação integral. Para isso, é necessário reorganizar o currículo, as práticas pedagógicas e as relações estabelecidas no ambiente escolar, assegurando experiências educativas articuladas e significativas.

Cavaliere (2007) destaca a relação entre organização do tempo escolar e qualidade da educação pública, enquanto Moll (2015) enfatiza a necessidade de condições políticas, materiais e pedagógicas para ampliar as oportunidades de aprendizagem. Barcelos e Moll (2023), por sua vez, relacionam a educação integral à democracia e à formação humana, reforçando seu caráter político e pedagógico, para além de uma simples ampliação da jornada escolar.

Organização dos tempos e espaços escolares na perspectiva da formação integral

A organização dos tempos e espaços escolares é fundamental para a efetivação da educação integral, especialmente nas escolas de jornada ampliada, cujos ambientes devem atender às diferentes necessidades das crianças, como aprendizagem, convivência, alimentação e descanso. Assim, salas, pátios, refeitórios e áreas externas constituem espaços educativos que favorecem a interação e ampliam as possibilidades de construção do conhecimento.

A forma como esses espaços são organizados interfere diretamente nas práticas pedagógicas e no desenvolvimento de projetos integrados. Nesse contexto, as restrições de acesso e utilização dos ambientes escolares não representam apenas mudanças administrativas, mas também limitam possibilidades de atuação docente. Portanto, a gestão dos tempos e espaços deve conciliar as necessidades institucionais com as demandas pedagógicas da formação integral, garantindo experiências educativas diversificadas e articuladas.

Políticas públicas, currículo e cotidiano escolar

As políticas educacionais são formuladas em diferentes instâncias e chegam às escolas por meio de documentos, normas e orientações. Entretanto, sua implementação

não ocorre de forma automática, pois depende das condições de funcionamento das instituições e das interpretações dos profissionais.

O cotidiano escolar é, portanto, um espaço de concretização e negociação das políticas públicas. Nesse processo, as determinações administrativas relacionam-se à autonomia pedagógica dos professores e às condições concretas de trabalho, influenciando a organização do ensino.

Stênico (2021) destaca que as mudanças institucionais repercutem na cultura escolar, na organização do trabalho e nas práticas docentes. Por isso, as alterações nas Diretrizes Curriculares devem ser analisadas não apenas pelo conteúdo dos documentos, mas também por seus efeitos sobre a rotina e as possibilidades de desenvolvimento dos projetos pedagógicos.

Nesse sentido, o currículo ultrapassa a seleção de conteúdos e objetivos de aprendizagem, abrangendo também a organização dos tempos e espaços, as relações entre os sujeitos e as oportunidades de participação oferecidas às crianças.

O ensino de Língua Inglesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

No Brasil, a oferta de Língua Inglesa nos anos iniciais apresenta diferenças entre as redes de ensino. A BNCC estabelece a obrigatoriedade do componente curricular a partir do 6º ano, mas não determina sua oferta nos anos iniciais (BRASIL, 2018). Ainda assim, diversas redes públicas incorporaram o idioma às suas propostas curriculares.

Rocha (2016) destaca que o ensino de línguas nessa etapa amplia as possibilidades de interação e participação social das crianças. Para isso, deve considerar suas especificidades, por meio de atividades contextualizadas, jogos, músicas, narrativas, recursos visuais e situações comunicativas relacionadas ao cotidiano infantil.

Monteiro (2016) discute as políticas e as condições de oferta do inglês nas escolas de tempo integral da rede pública paulista. Mais recentemente, Quevedo-Camargo e Tonelli (2024) ressaltam a importância de políticas públicas que reconheçam as particularidades do ensino de línguas nos anos iniciais.

Dessa forma, a qualidade do ensino de inglês depende não apenas do planejamento docente, mas também das condições institucionais. Nas escolas de tempo integral, a jornada ampliada pode favorecer projetos interdisciplinares e experiências

que articulem a aprendizagem da língua às demais áreas do conhecimento e às vivências das crianças.

Trabalho docente, autonomia pedagógica e condições institucionais

O trabalho docente é desenvolvido em um contexto institucional marcado por normas, orientações curriculares e decisões administrativas que interferem nas possibilidades de planejamento e realização das atividades pedagógicas.

Embora possua autonomia para realizar escolhas fundamentadas, o professor depende de condições organizacionais, como horários, espaços, recursos e articulação entre profissionais. Quando as mudanças administrativas não são acompanhadas de diálogo com os docentes, podem surgir dificuldades entre as orientações da gestão e as demandas do cotidiano escolar.

Nas escolas de tempo integral, essa questão ganha relevância, pois a continuidade das experiências ao longo da jornada favorece propostas integradas. No ensino de Língua Inglesa, restrições ao uso dos espaços e à articulação entre atividades podem limitar essas possibilidades. Assim, analisar as mudanças nas Diretrizes Curriculares também significa compreender seus efeitos sobre as condições de trabalho docente e as experiências de aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das experiências profissionais vivenciadas nas duas unidades escolares, em articulação com as alterações identificadas nas orientações institucionais, possibilitou organizar os resultados em quatro categorias analíticas. A sistematização permitiu compreender que as mudanças nas Diretrizes Curriculares ultrapassaram a dimensão da organização formal do currículo, repercutindo nas condições de desenvolvimento das práticas pedagógicas e na própria experiência das crianças durante a jornada ampliada.

As categorias apresentadas não representam acontecimentos isolados, mas dimensões interdependentes da organização escolar. As mudanças nos horários, por exemplo, repercutem na utilização dos espaços e nas possibilidades de integração entre

projetos, enquanto as decisões relacionadas à gestão interferem nas condições de autonomia e planejamento dos professores.

Organização dos tempos escolares: a relação entre ensino e alimentação

Nas escolas de tempo integral, a alimentação é uma dimensão importante da rotina infantil. Além de atender a uma necessidade fisiológica, esses momentos favorecem aprendizagens relacionadas à autonomia, à convivência e aos hábitos alimentares.

Na experiência anterior às novas orientações institucionais, havia maior possibilidade de articulação entre a alimentação e as propostas educativas. Com as mudanças, esses momentos foram reorganizados, estabelecendo maior separação entre as atividades de ensino e as refeições.

Essa separação merece atenção, pois a educação integral reconhece que a formação das crianças ocorre em diferentes situações do cotidiano, não apenas durante as aulas. As experiências no refeitório e nos momentos de convivência também contribuem para esse processo.

Assim, a alimentação pode integrar a experiência educativa, desde que sejam respeitadas suas finalidades e as necessidades das crianças. Como aponta Cavaliere (2007), a qualidade do tempo escolar depende da concepção de educação que orienta a organização da jornada. Dessa forma, a reorganização dos horários ultrapassa questões operacionais e pode interferir nas possibilidades de integração das experiências escolares.

Projetos pedagógicos integrados e reorganização curricular

O trabalho com projetos favorece a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essas propostas permitem relacionar os conteúdos curriculares às situações cotidianas e aos interesses das crianças.

No ensino de Língua Inglesa, os projetos possibilitam trabalhar a língua em contextos que envolvam outras áreas, manifestações culturais, brincadeiras, alimentação e meio ambiente, superando o ensino isolado de vocabulário e estruturas linguísticas.

Entretanto, sua realização depende de condições institucionais que favoreçam o planejamento coletivo, a colaboração entre profissionais e a disponibilidade de tempos e espaços adequados.

A comparação entre as experiências analisadas evidencia que as novas orientações institucionais modificaram as possibilidades de desenvolvimento desses projetos.

Embora as diretrizes comuns contribuam para organizar o trabalho da rede, precisam considerar as particularidades das escolas. Restrições excessivas podem fragmentar o currículo e dificultar a articulação entre as atividades. Essa discussão dialoga com Moll (2015), que relaciona a educação integral à reorganização curricular e à formação humana.

No ensino de inglês nos Anos Iniciais, a integração curricular favorece aprendizagens contextualizadas por meio de imagens, narrativas, músicas, jogos e situações comunicativas. Assim, as mudanças nas condições de realização dos projetos interferem tanto no trabalho docente quanto nas oportunidades de aprendizagem das crianças.

Ampliação do tempo de permanência e experiências das crianças

A ampliação da jornada escolar pode fortalecer a educação pública e ampliar as oportunidades de aprendizagem. Entretanto, seus resultados dependem da organização do tempo e da qualidade das experiências oferecidas aos estudantes.

A análise das experiências indica que as mudanças institucionais alteraram a rotina das crianças. Nos anos iniciais, essa organização deve considerar necessidades como movimento, brincadeira, interação, descanso e desenvolvimento da autonomia.

A jornada ampliada não deve representar apenas mais atividades ou maior permanência na escola. É necessário respeitar os diferentes ritmos infantis e reconhecer que a aprendizagem também ocorre nas interações e nos momentos de convivência. Moll (2015) e Barcelos e Moll (2023) destacam que a educação integral pressupõe ampliar as oportunidades de formação, e não apenas o tempo de permanência na instituição.

Assim, a análise do tempo integral deve considerar não somente a duração da jornada, mas também a qualidade e a continuidade das experiências educativas, a diversidade das atividades e o respeito às necessidades das crianças

ISSN: 2358-8829

Utilização dos espaços escolares e autonomia do trabalho docente

O espaço escolar é fundamental para a organização do trabalho educativo, especialmente nas instituições de tempo integral, onde diferentes ambientes podem ampliar as experiências de aprendizagem.

No ensino de Língua Inglesa, a utilização de pátios e áreas externas favorece atividades lúdicas, jogos, dramatizações e projetos integrados. Esses espaços permitem relacionar os conteúdos às experiências concretas das crianças.

Entretanto, a pesquisa identificou restrições de acesso a determinados ambientes, algumas estabelecidas por orientações institucionais não formalizadas em documentos. Essas limitações podem dificultar o planejamento e a realização de atividades que dependem de espaços compartilhados.

Embora regras de utilização e conservação sejam necessárias, elas devem considerar as finalidades pedagógicas da escola. A organização dos ambientes precisa conciliar as demandas administrativas com as necessidades do trabalho docente.

Essa questão também envolve a autonomia dos professores, que precisam de condições para desenvolver propostas adequadas aos objetivos curriculares e às características dos estudantes. Stênico (2021) destaca que as políticas públicas influenciam a organização do trabalho escolar e a cultura institucional.

Assim, a gestão dos espaços deve ser compreendida como uma dimensão pedagógica. A construção coletiva das orientações pode aproximar as necessidades administrativas das demandas reais das escolas, favorecendo o desenvolvimento das práticas educativas.

Síntese comparativa das mudanças identificadas

O aspecto central identificado é que as mudanças nas Diretrizes Curriculares e na gestão educacional não se limitaram à reorganização formal dos procedimentos escolares. Elas interferiram nas condições concretas de realização do trabalho pedagógico e nas possibilidades de articulação entre os diferentes momentos da rotina.

O Quadro 1 permite visualizar as principais dimensões em que as mudanças institucionais repercutiram na organização do cotidiano escolar.

Quadro 1 - Principais dimensões de impacto na rotina escolar

Categoria analítica	**Dimensão observada**	**Repercussão identificada**
Tempos escolares	Relação entre ensino e alimentação	Reorganização dos momentos da rotina e redução das possibilidades de integração entre essas dimensões.
Projetos pedagógicos	Integração curricular	Novas delimitações para o desenvolvimento de propostas integradas.
Jornada ampliada	Organização das experiências infantis	Alterações na distribuição dos momentos e na continuidade das experiências escolares.
Espaços escolares	Acesso e utilização dos ambientes	Restrições informais de uso

Fonte: Elaborado pela autora a partir da sistematização das experiências profissionais e da análise documental.

O Quadro 1 evidencia que as alterações institucionais repercutiram em diferentes dimensões da organização escolar. A análise permite observar uma relação entre as mudanças nas orientações administrativas e a tendência à fragmentação das experiências educativas. Essa fragmentação não deve ser compreendida como resultado inevitável da ampliação da jornada, mas como possibilidade decorrente de determinadas formas de organização institucional.

No caso do ensino de Língua Inglesa, essas alterações apresentam consequências importantes porque a aprendizagem de uma língua adicional nos anos iniciais pode ser favorecida por propostas que estabeleçam relações entre diferentes linguagens, experiências e espaços de convivência. Quando as condições institucionais dificultam a realização de projetos integrados e restringem as possibilidades de utilização dos ambientes escolares, o professor precisa reorganizar suas estratégias e adaptar o planejamento às novas condições de funcionamento.

Portanto, os resultados apontam para a necessidade de que as políticas de gestão das escolas de tempo integral sejam construídas considerando a relação entre organização administrativa e intencionalidade pedagógica, com participação ativa da comunidade escolar. A qualidade da educação não depende exclusivamente da

existência de diretrizes curriculares, mas também das condições de sua implementação e da capacidade de reconhecer as particularidades de cada contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental e a reflexão sobre experiências profissionais em duas unidades escolares permitiram identificar transformações no cotidiano escolar, especialmente na organização dos tempos, na relação entre ensino e alimentação, no desenvolvimento de projetos integrados e na utilização dos espaços.

Os resultados demonstram que as mudanças administrativas ultrapassam a dimensão burocrática, interferindo nas condições de trabalho docente, nas possibilidades de planejamento e nas experiências oferecidas às crianças. Evidencia-se, ainda, que a ampliação da jornada não garante, por si só, a efetivação da educação integral, sendo necessária a articulação pedagógica dos diferentes momentos da rotina escolar.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de diálogo entre as instâncias administrativas e os profissionais das escolas. No ensino de Língua Inglesa nos anos iniciais, essa articulação é especialmente importante para garantir práticas contextualizadas, lúdicas e integradas às demais experiências educativas, com acesso a diferentes recursos e espaços de aprendizagem.

A pesquisa apresenta como limite o recorte de duas experiências profissionais em unidades da mesma rede municipal, não permitindo generalizações. Como possibilidade de continuidade, sugere-se ampliar o número de escolas investigadas e incluir as perspectivas de professores, gestores, crianças e famílias, aprofundando a análise das condições de implementação das políticas de tempo integral.

Conclui-se que uma política de educação em tempo integral comprometida com a formação humana exige mais do que a ampliação da permanência escolar e reorganizações administrativas. É necessário valorizar a autonomia docente, considerar as particularidades do cotidiano escolar e assegurar condições para que as experiências das crianças sejam articuladas em um projeto educativo coerente e democrático.

Palavras-chave: Educação em tempo integral; Ensino de inglês, Anos Iniciais, Políticas públicas educacionais.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Renata Gerhardt de; MOLL, Jaqueline. Educação integral e democracia: contextos, referências e conceitos em um campo em disputas. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 32, n. 70, p. 17-31, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHAGURI, Jonathas de Paula; TONELLI, Juliana Reichert Assunção. Políticas de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras para crianças no Brasil: (re)discutindo fundamentos. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 281-302, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLL, Jaqueline. O PNE e a educação integral: desafios da escola de tempo completo e formação integral. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 369-381, jul./dez. 2014.

MONTEIRO, Daniela Morales. A língua inglesa nas escolas de tempo integral: diretrizes e práticas de ensino. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, São Caetano do Sul, v. 1, n. 1, 2016.

QUEVEDO-CAMARGO, Gladys; TONELLI, Juliana Reichert Assunção. Inglês e avaliação no ensino fundamental I: propostas para o PNE 2025-2035. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 35, 2024.

ROCHA, Cláudia Hilsdorf. A língua inglesa no ensino fundamental público: diálogos com Bakhtin por uma formação plurilíngue. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 48, n. 2, p. 247-274, 2016.